UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA INTEGRANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

VERA LUCIA HARDT UCEDA

Monografia apresentada ao Departo de Teoria e Fundamentos da Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Especial, na área de Deficiente Mental.

CURITIBA
1986

Professor Orientador:
Gilda Moreira Weiss
Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

Página

I- INTRODUÇÃO

II- O EXCEPCIONAL

2.1 CONCEITO 5

2.2 CLASSIFICAÇÃO 7

2.3 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS 10

III- DEFICIÊNCIA MENTAL

3.1 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO 12

3.2 CARACTERÍSTICAS DO DEFICIENTE MENTAL 14

IV- O DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL

4.1 CONCEITO 16

4.2 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL 17

4.3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-EMOCIONAIS DO DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL 18

4.4 CARACTERÍSTICAS DE APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL 19

V- EDUCAÇÃO ESPECIAL

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS 21

5.2 EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL 22

5.3 EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL 24

5.3.1 Conceito e Importância da Educação Física para o Deficiente Mental Educável 24

5.3.2 Objetivos da Educação Física para o Deficiente mental Educável 26

5.4 RECREAÇÃO COMO MEIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL 27

5.4.1 Conceito 28

5.4.2 O Jogo 29

5.4.3 O Jogo na Educação do Deficiente Mental Educável 30

Página

VI- CONCLUSÃO 34

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 38

I - INTRODUÇÃO

O deficiente mental até certo tempo atrás não tinha um tratamento adequado por falta dos conhecimentos científicos e bem como das causas da deficiência.

Até a diversidade de termos empregados, como oligofrenia, frenastenia, amência, retardo mental, debilidade mental, subnormalidade e outros dificultava como conceituá-lo devidamente e como auxiliá-lo no seu desenvolvimento.

Nesses últimos anos, a melhoria dos conhecimentos científicos tem trazido melhores perspectivas, maior campo de ação técnica, maior demanda de profissionais, motivação da opinião pública, reforçando a importância bio-psico-social do deficiente, amparando-o nas leis especiais, como as da regulamentação do trabalho, trazendo-o assim ao meio social (KRINSKI, 1969).

O problema da deficiência não reside somente num indivíduo com a diminuição da autonomia e desintegração social, é antes de tudo, um acontecimento que envolve a família, com necessidades de cuidados, carga econômica e social, a comunidade próxima e a sociedade em geral.

Embora os indivíduos deficientes constituam um grupo heterogêneo, eles têm problemas comuns, com necessidades pessoais, sociais e educacionais. Para tal, a educação surge e é por meio dela que o deficiente mental leve pode ser estimulado a reinte-

grar-se, auto-afirmar-se dentro de suas limitações e possibilidades.

É importante para o êxito de quem atua junto a esta clientela, o conhecimento, aceitação de todas as crianças e de sua individualidade. Os deficientes requerem serviços educacionais especiais que podem variar numa faixa que vai desde um curto período de tempo a uma vida escolar inteira e os meios a serem utilizados para a consecução dos objetivos devem ser específicos, exigindo uma equipe multidisciplinar especializada. Uma disciplina componente da educação especial é a educação física, constituindo-se num dos fatores integrantes na obtenção dos objetivos a que se propõe o ensino especial.

Desde os tempos helênicos, até nossos dias, a educação física aparece em todos os currículos educativos, visando formar, desenvolver, preparar e educar o indivíduo como um todo, seja no trabalho do dia-a-dia, na atividade desportiva ou recreativa, levando em conta os aspectos biológicos, psicológicos e sociais do ser humano.

A educação física nas suas mais variadas formas (ginástica, recreação, esportes, dança), é a maneira mais eficaz de desenvolver o indivíduo como um ser global, seja ele deficiente ou não.

Percebe-se a importância das atividades físicas para o deficiente mental educável, considerando-o um indivíduo com potencialiades a desenvolver e não como um ser sem condições de realizar atividades. E, tanto mais necessária será a educação física, quanto mais afastada da normalidade estiver a criança.

NOT (1975,p.74), afirma:

> o desenvolvimento somático da criança débil é em geral, sensivelmente idêntico ao da

> criança normal: é a disparidade entre o ritmo do desenvolvimento físico e o desenvolvimento mental que, entre outras coisas, caracteriza a debilidade. Se essa disparidade, e, de modo mais geral, os traços mais característicos da debilidade mental, levam a uma colocação diferente não autorizam nem sua supressão, nem sua redução em benefício de disciplinas reputadas mais eficazes para preparar a futura adaptação. Os efeitos esperados da educação física e esportiva são os mesmos que para a criança normal, não apenas porque a atividade sensório-motora está na base da organização intelectual e ocupa amplo espaço no processo de adaptação, mas porque esta disciplina contribui também para o desenvolvimento nos diversos setores que um projeto de educação integral comporta.

Segundo OLIVEIRA (1984,p.86),"... a educação física existe em função do homem, enquanto ser individual e social. Nessa medida, é cultura no seu desenvolvimento mais amplo, fertilizando o campo de manifestações individuais e coletivas".

A inclinação humana para a atividade física é natural,uma vez que portador de um aparelho muscular, o homem o utiliza, o movimenta, senão o degenera.

TEIXEIRA e PINI (1978,p.15) comentam:

> A vida é movimento e o gesto humano é uma das primeiras manifestações de expressão e, por conseguinte, de comunicação entre o ser e o meio em que ele vive. O exercício das atividades motoras pela criança, além de exercer papel preponderante no seu desenvolvimento somático e funcional, estimula e desenvolve as suas funções psíquicas. Daí a

razão de ser da educação do corpo como instrumento e como fator de equilíbrio geral do organismo.

Ressaltando o valor e a importância da educação física para o deficiente, destaca-se um de seus meios - a recreação, almejando ajudá-lo a encontrar algo que seja capaz de fazer, proporcionando novos estímulos e interesses adaptados às suas necessidades.

O jogo constitui uma atividade primária do ser humano, proporcionando-lhe alegria que é tão importante e imprescindível à vida. É mediante o jogo que a criança aprende a expressar e desenvolver suas próprias idéias, libera tensões e sentimentos e aprende a se relacionar. Todos os momentos são importantes para educar. Educar para a recreação, para o bom aproveitamento das horas de lazer como se educa para o trabalho.

O deficiente mental educável, por meio da educação física, alcança vitórias e consegue ultrapassar etapas que o motivarão, evitando que caia em um sedentarismo.

II - O EXCEPCIONAL

2.1 CONCEITO

São inúmeras as definições do termo excepcional e diante da variedade existente, algumas focalizam os aspectos médicos, outras os psicológicas, outras ainda os aspectos social e educacional.

Segundo CANZIANI (1980,p.1),

> excepcional é a criança, adolescente ou adulto que se desvia acentuadamente da média pelas características físicas, mentais ou sociais exigindo conforme o caso, modificação ou adaptação nos programas de educação, de formação profissional e de previdência, notadamente nos setores de trabalho e da vida civil.

Para CRUICKSHANK e JOHNSON (1979,p.3),

> uma criança excepcional é a que, do ponto de vista intelectual, físico, social ou emocional, está tão notavelmente desviada do que é considerado crescimento e desenvolvimento normal que não pode se beneficiar ao máximo com um programa regular e requer uma classe especial ou instrução e serviços complementares.

Com a diversificação de entendimento, é importante considerar um termo no campo da educação para designar ou determinar

uma situação educacional que possa identificar o excepcional e atender objetivamente as condições do indivíduo.

Outros autores como KIRK (1960), elabora uma definição descritiva dizendo que a criança excepcional

> é aquela que se desvia do educando médio ou normal em características mentais, habilidades sensoriais, características neuromusculares ou físicas, conduta social ou emocional, habilidades de comunicação ou deficiências gerais em tal extensão que exige uma modificação das práticas da escola ou de serviços e instruções suplementares.

DUNN (1971,p.2) apresenta um conceito abordando três aspectos quanto aos excepcionais:

> São aqueles
> 1. que diferem acentuadamente da média normal em características físicas ou psicológicas;
> 2. que não se ajustam aos programas escolares elaborados para a maioria das crianças, de modo a obter progresso desejável;
> 3. e que necessitam, por conseguinte, de educação especial ou, em alguns casos, da colaboração de serviços especiais ou de ambos, para atingir um nível compatível com suas respectivas aptidões.

Para MAZZOTTA (1982,p.9),"são considerados excepcionais os educandos que, em razão de desvios acentuados de ordem física, intelectual, emocional ou sócio-cultural, apresentam necessidades educacionais que, para serem adequadamente atendidas, requerem auxílios ou serviços especiais de educação".

Convém ainda citar que o Centro Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura, adota uma definição

dada por ANTIPOFF, que diz que o termo excepcional é interpretado incluindo os mentalmente deficientes, todas as pessoas fisicamente prejudicadas, bem como as superdotadas, ou seja, todas as que necessitam de cuidados especiais na escola, no lar e na sociedade.

2.2 CLASSIFICAÇÃO

Quanto às classificações de excepcionais, considera-se que as mais utilizadas decorrem do modelo clínico, sempre que possível, combinadas com o modelo educacional, considerando suas diferenças individuais que necessitem de auxílio e serviços especiais de educação.

A classificação de MAZZOTTA (1982), é a seguinte:

1. Excepcionais intelectuais: apresentam desvios acentuados de ordem intelectual.
   - 1.1 Superdotados: têm notável desempenho e/ou elevada potencialidade da capacidade intelectual de liderança, psicomotora, aptidão acadêmica específica.
   - 1.2 Deficientes mentais: educáveis, treináveis e dependentes.
     - a) Educáveis: apresentam QI entre 50 e 75, índice de desenvolvimento intelectual de metade a 3/4 do desenvolvimento intelectual normal, têm dificuldades de aprendizagem num currículo escolar comum, têm possibilidades de ler, escrever e calcular a nível de alfabetização.
     - b) Treináveis: apresentam QI de 30/35 a 50/55, desenvolvimento entre 1/3 e metade do índice mé-

dio; podem ter capacidade para desenvolver habilidades de cuidado pessoal (vestir-se, comer) e aprendem a falar.

c) Dependentes ou custodiais: apresentam QI abaixo de 30, com sérios comprometimentos associados à deficiência mental.

2. Excepcionais por desvios físicos: são os que em razão de deficiências físicas não sensoriais ou sensoriais necessitam de serviços e auxílios especiais de educação.

2.1 Deficientes físicos não sensoriais: são os que,em virtude de ter limitações na sua capacidade de locomoção, postura ou uso das mãos ou ainda limitações do vigor, vitalidade e agilidade, têm comprometido seu aproveitamento escolar. Não são incluídos como excepcionais, favorecendo-lhes facilidades de acesso e movimentação nas escolas, mediante adaptações físicas no prédio escolar.

2.2 Deficientes físicos sensoriais:

a) deficientes visuais: são aqueles com má ou ausência de visão:

- cegos: necessitam do uso do sistema Braille;
- visão subnormal: necessitam de recursos didáticos especiais ou bem material impresso em tipos ampliados ou em condições especiais.

b) deficientes auditivos: apresentam perda de audição acima de 45 decibéis, nas frequências da fala, em ambos os ouvidos. Incluem-se nesse grupo os surdos (perda acima de 70 decibéis) e

e os hipoacúsicos (perda auditiva entre 40 e 70 decibéis).

3. Excepcionais psicossociais: apresentam sérios problemas de comportamento.

   3.1 Alunos com distúrbios emocionais: apresentam reações às situações de vida tão insatisfatórias e inapropriadas que não podem ser aceitos pelos companheiros.

   3.2 Alunos com desajustes sociais: apresentam um padrão crônico de repetidas violências e desrespeito à autoridade constituída. Recusam-se a aceitar os padrões mínimos de conduta requeridos nas escolas e classes comuns.

4. Excepcionalidade múltipla: alunos com mais de um tipo de desvio. Exemplo: deficiente visual e superdotado,ou deficiente mental e físico, etc.

A classificação do Conselho Federal de Educação, apresentada no Parecer nº 1682/74, é a seguinte:

a) deficientes mentais: - educáveis
   - treináveis
   - dependentes

b) superdotados

c) portadores de problemas de conduta

d) portadores de deficiência múltipla

e) deficientes de fala

h) hipoacúsicos

g) deficientes da audicomunicação

h) visão reduzida (ambliopes)

i) cegos

j) deficientes físicos não sensoriais

(Apud MAZZOTTA, 1982)

2.3 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

As causas da excepcionalidade apontadas por KRINSKI(1969) e WHEELER (1971), podem ser resumidas da seguinte forma:

- Pré-natal: nesta ocasião pode ocorrer falta de cuidados médicos da mãe, infecções, enfermidades da mãe e irregularidades genáticas como subnutrição crônica, hereditariedade ligada ao sexo, anomalias do número de cromossomos e causas congênitas como má formação cerebral, lesões, traumas, toxemias da gravidez, raio X e outras radiações.
- Peri-natal: pode haver traumatismo obstétrico, hemorragia, ainda, quando há grande tensão, que diminui o aporte de oxigênio ao cérebro, pré-maturidade, pós-maturidade.
- Pós-natal: infecções do sistema nervoso central, acidentes, fraturas ou ferimentos penetrantes no crânio, hemorragias cerebrais, exposição a agentes tóxicos, radiações.

Existem ainda causas não esclarecidas como alergias, má nutrição, moléstias pós-infecciosas e pós-vacínicas, deficiência mental associada a distúrbios sensoriais, motores e de linguagem.

São citados também os fatores psicológicos, localizados na carência afetiva; os fatores sociológicos refletidos na privação social, cultural e econômica que agem principalmente durante

os três primeiros anos da infância.

Conforme fontes da Organização Mundial de Saúde, citadas pelo "Correio da UNESCO", os fatores que causam a deficiência são as enfermidades e o ambiente, estes vinculados a atitudes e interesses sociais, que trazem consequências para o deficiente como a diminuição de sua autonomia, da mobilidade, das atividades de lazer, da integração social e da independência econômica.

As consequências para a família são a necessidade de cuidados do deficiente, carga econômica, perturbação das relações sociais.

Para a sociedade, a necessidade de cuidados, como a criação de escolas especiais e outros tipos de serviço, a perda de produtividade por parte do deficiente, além da má integração social.

Para que o deficiente não seja carga para si próprio, para a família e a sociedade, estas devem proporcionar meios para sua educação.

O deficiente como qualquer outra pessoa, sentir-se-á confortável e seguro quando for aceito e amado. E, para que isto ocorra, deve ser enfatizada a preparação dos pais e familiares da criança deficiente, com relação aos aspectos sócio-econômico, afetivo e de assistência.

III - DEFICIÊNCIA MENTAL

3.1 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

A deficiência mental não se trata de uma moléstia, tal como afirma KRYNSKI (1969,p.47), mas sim de "uma síndrome, um tipo especial de conduta consequente a causas as mais variadas, exige diagnóstico precoce correto e terapêutica polimorfa, e, por vezes, extremamente complexa".

É uma condição decorrente do funcionamento intelectual inferior ao termo médio que se origina no período de desenvolvimento e está associado a uma deterioração do comportamento adaptativo, conforme define a Associação Americana para a Deficiência Mental.

Para KRYNSKI (1969), estatisticamente, a deficiência mental constitui uma das mais importantes enfermidades crônicas da infância. É um complexo conjunto de quadros clínicos, onde a insuficiência intelectual é o denominador comum.

Quanto à saúde física e estatura, os deficientes mentais são considerados abaixo do normal. O mesmo acontece com o tempo de vida e a taxa de mortalidade.

BINET e SIMON (apud ANASTASI, 1970,p.18), iniciaram o sistema psicométrico, surgindo a idade mental em oposição à idade cronológica. A aplicação da escala permitia a determinação em valor numérico em anos de atraso de uma criança em relação à média das crianças da mesma idade.

STERN (apud KRYNSKI, 1969; apud ANASTASI, 1970) substituiu a idade mental por quociente intelectual (QI) que é calculado pela relação entre a idade mental e a idade cronológica.

Assim, estabeleceram-se três grupos:

1. Débeis mentais: QI de 50 a 75
2. Imbecís: QI de 25 a 49
3. Idiotas: QI abaixo de 25.

A classificação da Organização Mundial de Saúde, citada por KRYNSKI (1969), é a seguinte:

I. Profunda - QI abaixo de 20

II. Severa - QI entre 20 a 35

III. Moderada - QI entre 36 a 52

IV. Leve - QI entre 53 a 70.

Para a Instituição Nacional de Crianças Deficientes, citada por WHEELER (1971), estabelecem-se quatro categorias de deficientes mentais:

- leves
- moderados
- graves
- profundos.

Segundo WHEELER (1971), para os educadores os deficientes mentais podem ser classificados em:

- educáveis
- treináveis
- dependentes.

3.2 CARACTERÍSTICAS DO DEFICIENTE MENTAL

De acordo com LEINIG (1977), as características dos diversos graus de deficiência mental são:

- Deficiência mental profunda ou dependente: idade mental de três anos, QI até 24. Os deficientes mentais profundos têm necessidade de proteção e auxílio durante toda a sua vida pela incapacidade de adquirir hábitos higiênicos, de se defenderem dos perigos e de se ajustarem socialmente.
- Deficiência mental severa ou dependente: os deficientes severos apresentam QI entre 20 e 39 e idade mental de quatro a cinco anos. As características desses diferem em grau mínino dos deficientes mentais profundos.
- Deficiência mental moderada ou treinável: os deficientes mentais treináveis apresentam QI entre 36 e 54 e idade mental de quatro a oito anos, que, na fase adulta, pode variar em sete a 12 anos. São capazes de se defenderem dos perigos, adquirirem hábitos de higiene e chegarem a um ajustamento familiar satisfatório. São comunicativos, mas algumas vezes se tornam agressivos e teimosos. Apresentam limitações correspondentes ao nível de alfabetização e para manter a atenção dirigida.
- Deficiência mental leve ou educável: os deficientes mentais educáveis apresentam QI entre 52 e 69 e idade mental de oito a 12 anos. Têm dificuldades de aprendizagem nas séries escolares e podem ser encaminhados às escolas especiais ou classes especiais. São hiperativos, agres-

sivos, irritáveis e têm tendências ao desajustamento social, assim como apresentam problemas de atenção, memória e raciocínio.

IV - O DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL

4.1 CONCEITO

O deficiente mental educável, também chamado deficiente mental leve, embora possuindo grau de inteligência abaixo da média, pode ser alfabetizado, seguindo programa curricular adaptado às suas condições pessoais, podendo alcançar ajustamento social e ocupacional e, na idade adulta, independência econômica parcial ou total.

O grupo de educáveis corresponde na classificação da Organização Mundial de Saúde, ao grupo de variação normal de inteligência e/ou levemente retardado. Cerca de 85% dos deficientes estão neste grupo. Exigem assistência médica e psicopedagógica adequada.

DUNN (1971), situa este grupo com QI entre 50 e 75, o que dificulta a aprendizagem, pois somente depois de dois ou três anos, atingirão a prontidão e maturação necessárias para se alfabetizar. Em geral, inicialmente são encarados como normais e podem apresentar problemas de ajustamento, pois se espera deles acima de suas possibilidades.

Devido às suas dificuldades como lentidão, falta de atenção, dificuldade para aprender, menor capacidade retentiva, quando em sala de aula comum, poderão ser marginalizados e rejeitados pelos professores e colegas, que pode ocasionar atitudes agressivas por parte do deficiente.

4.2 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL

Para WHEELER (1971), os deficientes parecem mais jovens do que são no ponto de vista social. Podem apresentar obesidade e escassa energia, movimentos defeituosos, postura deficiente, movem-se constantemente, mesmo sem finalidade determinada.

Em estatura e pêso, a maioria das crianças deficientes mentais educáveis apresenta um desenvolvimento aproximado da criança normal.

A criança deficiente mental educável apresenta propensão a ter dificuldade na visão e audição.

A maioria dessas crianças com retardo mental, provém de famílias sócio-culturalmente inferiores, que em geral, dão pouca atenção às condições sanitárias e aos problemas de saúde (KIRK, 1972).

Para CRUCKSHANK e JOHNSON (1979), o desenvolvimento das habilidades físicas e motoras é importante para o deficiente mental educável, que tem grandes desvantagens físicas e sensoriais em relação à criança normal.

DUNN (1971) cita resultados de provas de habilidades físicas realizadas por FRANCIS e RARICK em 1960, com crianças deficientes educáveis de 14 anos, comparando-as com crianças normais da mesma idade.

Verificou-se que tais crianças tiveram, nas provas de salto em extensão, um desempenho comparável ao de crianças de oito anos. Na corrida de velocidade, o desempenho foi comparável ao de crianças normais de 10 anos. Em salto em altura apresentaram um atraso de quatro anos e três anos na prova de força.

PICQ e VAYER (1969) assinalaram as seguintes características em deficientes mentais educáveis, de acordo com o exame físico e psicomotor:

- equilíbrio em geral insuficiente;
- as perturbações de lateralidade se equivalem aos normais, porém são mais dificilmente superadas;
- adaptação a um rítmo externo, inferior;
- orientação espacial e estruturação espaço-temporal inferior ao normal;
- precisão aliada à rapidez, inferior a da idade real.

4.3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-EMOCIONAIS DO DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL

Não existe nenhum traço social básico que diferencie a criança deficiente mental educável da criança normal. Preferem atividades realizadas individualmente e em companhia de pequenos grupos, gostam de jogos em grupo, trabalhando de forma individual para o êxito do grupo.

Baixa tolerância e frustração são outras características sócio-emocionais atribuídas ao deficiente mental educável. Seu nível de tolerância e frustração pode ser ajustado quando for modificado seu meio ambiente, evitando experiências frustrantes e substituindo-as por outras positivas.

Seus valores e atitudes sociais geralmente correspondem àquelas desenvolvidas no lar e na comunidade e são típicas da cultura na qual a criança é educada (KIRK, 1972).

4.4 CARACTERÍSTICAS DE APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL

São inúmeras as características de aprendizagem do deficiente mental educável, dentre as quais destacam-se:

A. Reações lentas

Para FLEMING (1978), os deficientes mentais educáveis levam muito mais tempo que o indivíduo normal para se ajustarem a uma nova idéia. Aprendem lentamente, conseguem melhorar seu desempenho quando seguem uma rotina.

WHEELER (1971) cita que aprendem por partes, pela voz, por gestos, por várias repetições do professor.As atividades práticas devem ser de forma simples, regras simples e formação bem estruturada como em círculos ou colunas.

B. Pouca atenção

FLEMING (1978) afirma que o período de tempo de concentração do deficiente mental educável não é muito longo. As atividades devem ser planejadas de acordo com o curto período de atenção do deficiente, evitando que este se distraia, além de estimular sua compreensão no que foi apresentado.

C. Linguagem limitada

A maior parte dos deficientes mentais educáveis apresenta problemas de linguagem. Portanto, é necessário repetições indicando semelhanças e diferenças, estabelecendo um vocabulário oral. Mesmo os símbolos numéricos como os verbais devem ser utilizados para o desenvolvimento do conhecimento, usando-se para a compreen-

são de significados abstratos.

D. Pobreza de julgamento

Os deficientes precisam de ajuda para planejar o que é mais importante para eles, pois em geral, não têm condições de perceber o que é essencial e o que não é.

FLEMING (1978) cita que os deficientes não são capazes de distinguir o certo do errado, em função de sua capacidade limitada de antecipar uma ação.

E. Formação de hábitos

Os deficientes mentais educáveis, conforme FLEMING (1978), não têm muita dificuldade para desenvolver hábitos. Os hábitos vêm contribuir com o interesse da criança e, os essenciais para a sobrevivência do indivíduo devem ser estimulados, como os de saúde, cuidar de si, da sua higiene e limpeza.

A criança deficiente mental educável apresenta lentidão ou atrazo na maturação das funções intelectuais, com déficit no desenvolvimento da memória visual, habilidades de generalização dos conhecimentos, habilidades de linguagem, habilidades conceitual e perceptual, criatividade e imaginação.

Ela não apresenta prontidão para a leitura, escrita ortográfica e aritmética quando entra na escola com a idade de sete anos. Portanto, não adquire essas habilidades até mais ou menos oito anos ou mesmo até os onze anos. Esse atraso na aprendizagem está relacionado com a idade mental e não com a idade cronológica.

V - EDUCAÇÃO ESPECIAL

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Educação especial é o programa de educação que se destina ao excepcional, constituindo-se num ramo da educação global, com objetivos idênticos e necessidades afins.

Há fundamentos teóricos e aspectos que caracterizam a educação especial que estão arraigados no panorama geral, que torna difícil distinguir o que há de próprio em seu conteúdo.

Para KIRK e JOHNSON (1960), a educação especial é analisada como um processo contínuo que se inicia no momento em que são identificados os distúrbios do desenvolvimento da criança e que continua ao longo de sua vida. Tem por finalidade desenvolver suas potencialidades vitais e de sobrevivência, indispensáveis para satisfazer, de maneira objetiva, as demandas do desenvolvimento individual e as exigências do meio ambiente.

TELFORD (1978,p.104) estabelece que:

> as crianças excepcionais requerem métodos de ensino, equipamento e instalações físicas especiais, a fim de satisfazer suas necessidades pessoais e sociais. A finalidade da educação especial, mediante essas provisões especiais, é habilitar as crianças excepcionais a realizarem suas potencialidades de desenvolvimento tão completamente quanto possível e minimizar as inferiorida-

des resultantes de suas incapacidades.

A educação dos excepcionais fundamenta-se nos direitos essenciais do ser humano e no dever de atendimento das minorias desprivilegiadas. Desse modo, consta no Art.88 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que: "a educação de excepcionais, deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade" (apud MAZZOTTA, 1982).

Reforçando essa acertiva, a Lei nº 5.692/71 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional preceitua no Art.9º, Cap.I - Tratamento Especial:

> Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (apud MAZZOTTA, 1982).

Portanto, o desenvolvimento das potencialidades é um direito assegurado pela legislação a todo cidadão.

5.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL

A educação do deficiente mental educável ou leve, objetiva como qualquer outra, dentro de seus fundamentos, educar para viver melhor, usar capacidades para tornar-se útil na sociedade, bem como, se integrar na mesma.

A aprendizagem proporciona um processo de mudança de conduta importante e necessário ao deficiente mental educável, envolvendo, entre outros, fatores como motivação, habilidade de organização, adaptação e prática.

Ao realizar um programa educacional para o deficiente mental educável, o primeiro ponto é determinar ou estabelecer seus objetivos básicos. Esses objetivos não diferem dos objetivos gerais da educação de crianças normais, como auto-realização, socialização, responsabilidade civil, competência econômica.

A principal diferença na aplicação desses princípios à criança normal e ao deficiente mental educável, é a inclusão de objetivos mais específicos para se alcançar os objetivos gerais, isto devido às limitações próprias do deficiente mental educável.

KIRK e JOHNSON (1960), relacionam os objetivos e finalidades de um programa para deficientes mentais educáveis, ressaltando o desenvolvimento da competência social, adequação pessoal e competência ocupacional.

A competência social se refere primariamente a possibilitar o indivíduo a progredir como seu semelhante, na família, na escola e na comunidade, como membro dessa comunidade.

A adequação pessoal se refere a possibilitar ao deficiente mental educável, buscar o equilíbrio interior necessário à sua sobrevivência.

A competência ocupacional refere-se a habilitar o deficiente mental educável a se sustentar ou manter-se parcial ou totalmente numa atividade produtiva.

Convém ainda frizar, que a criança portadora de deficiência mental a nível educável é aquela que possui potencialidades para se desenvolver e, na sua maioria, não é diagnosticada como portadora de tal deficiência antes de ingressar na escola.

Esse diagnóstico geralmente só ocorre quando ela vai para a escola e começa a falhar na aprendizagem.

Os deficientes mentais educáveis são capazes de aprender pois têm habilidades e comportamentos que lhes permitem educação individual e em grupo.

Devem ser atendidos em classes especiais em escolas comuns, partipacipando com os demais alunos normais de atividades como recreio, merenda, festas, excursões, etc.

Quando superadas as dificuldades apresentadas nas diversas áreas de aprendizagem, essas crianças devem ser iniciadas na alfabetização, visando encaminhá-las para a rede comum de ensino, posteriormente. Concluem, na maioria dos casos, o 1º grau.

5.3 EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

5.3.1 Conceito e Importância da Educação Física para o Deficiente Mental Educável

A educação física é regida por normas, princípios, métodos e objetivos definidos, que atendem desde o desenvolvimento morfofuncional do organismo infantil e juvenil até a manutenção do equilíbrio homeostático do indivíduo adulto e à readaptação orgânico-funcional do indivíduo doente ou deficiente físico por sequelas traumáticas, produzidas por doenças anteriores. Sua aplicação serve de maneira decisiva e vital para a educação do indivíduo, desenvolvendo atitudes favoráveis em relação ao trabalho em equipe, à cooperação, obediência às regras e honestidade.

Segundo TOSCANO (1974,p.9), a educação física é

> o conjunto de atividades físicas, metódicas e racionais que se integram ao processo de educação global, visando ao pleno desenvol-

vimento normal das grandes funções vitais e ao melhor relacionamento social.

As proposições da educação física para o deficiente mental educável orientam-se no sentido de oferecer oportunidades para o seu desenvolvimento integral, seu equilíbrio emocional e seu ajustamento na vida, dentro e fora da escola.

É no âmbito das atividades físicas que o aluno deficiente mental educável pode se aproximar mais do aluno normal, atingindo realizações mais altas que nas matérias do currículo normal.

Segundo PETSCHEL (1977), para os deficientes mentais, as habilidades motoras constituem a base das atividades de auto-suficiência e contribuem para o desenvolvimento de uma imagem favorável de si mesmo e os ajudam a alcançar um certo nível de independência recreacional e ocupacional.

Além de exercer papel preponderante no desenvolvimento somático e funcional da criança e do jovem, a educação física estimula seu psiquismo, contribuindo para um melhor equilíbrio emocional e social.

Negar, portanto, a educação física ao deficiente mental educável, é limitar ainda mais a educação de seus movimentos, roubando-lhe a grande oportunidade de se desenvolver física,mental, psíquica e socialmente.

O deficiente mental educável dificilmente dependerá de sua inteligência para se manter ou mesmo se auto-afirmar. Por isso, necessita desenvolver o mais possível sua capacidade física, sua habilidade manual, pois só assim, garantirá a si mesmo alguma dose de sucesso.

Nenhum programa educativo destinado aos deficientes men-

tais educáveis terá êxito, se nele não figurar a educação física. Entretanto, sabe-se que os exercícios, os jogos não transformarão uma criança deficiente em normal, nem converterão adolescentes normais em gênios.

Acredita-se, sim, que por meio deles haverá uma melhora de condições básicas, de controle muscular e nervoso, que irão ajudar o deficiente mental educável a fazer melhor uso de suas habilidades, tornando-se dessa maneira útil e feliz.

5.3.2 Objetivos da Educação Física para o Deficiente Mental Educável

Segundo DROWATZKI (1973), os objetivos da educação física para o deficiente mental educável podem ser assim relacionados:

- força orgânica: habilidade de manter um esforço adaptado, com fortalecimento dos músculos, desenvolvendo a resistência à fadiga e aumentando a resistência cardiovascular;
- desenvolvimento neuromuscular: desenvolver destreza,senso rítmico e reações rápidas;
- ajustamento pessoal e social: colocar o aluno em situações que encoragem a confiança própria, a sociabilidade e a iniciativa;
- desenvolvimento intelectual: encorajar os alunos a usar a imaginação e alguma originalidade em qualquer coisa que faça, contribuindo com idéias próprias;
- resposta emocional: os alunos expressam alegria em jogos e esportes, aceitam desafios, o que significa ven-

cer dificuldades, vibram com o sucesso cooperativo ou trabalho de time.

Conforme PETSCHEL (1986) os objetivos da educação física para os deficientes mentais educáveis são:

- ativação funcional e orgânica;
- proporcionar a socialização;
- aumentar a auto-confiança;
- capacitar para os momentos de lazer;
- contribuir para o equilíbrio orgânico.

5.4 RECREAÇÃO COMO MEIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL EDUCÁVEL

O Decreto nº 69.450 de 1º de novembro de 1971, em seu Art. 1º trata: Do Relacionamento da Educação Física com a Sistemática da Educação Nacional

> A educação física, atividade que por seus meios e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação (apud MAZZOTTA, 1982).

Sendo a educação física um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional, e, sendo a atividade recreativa um dos meios de que se vale para atingir esses fins, acredita-se ser, esta última, um dos melhores processos de integração.

BIBLIOTECA
SETOR DE CIÊNCIAS
HUMANAS
LETRAS E ARTES
DOCUMENTAÇÃO

5.4.1 Conceito

Embora a recreação seja um fenômeno universal, a quantidade de tempo a ela dedicada, a intensidade com que é feita, as formas que assume e o seu grau de refinamento variam com o desenvolvimento cultural e os padrões de vida do povo.

As atividades recreativas pressupõem a disponibilidade de tempo e lazer.

O lazer foi conceituado com muita propriedade por DUMAZEDIER (1976,p.34) como

> um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se,recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação desinteressada, sua participação voluntária ou sua livre capacidade criadora; após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

A recreação é uma das atividades de lazer que proporciona novas formas de educação, liberando o indivíduo da fadiga, do tédio e da monotonia da rotina.

Para MARINHO (1971), a recreação é a atividade física ou mental à qual o indivíduo é impelido por sua própria natureza, para satisfazer as suas necessidades físicas, psíquicas ou sociais, que lhe causem prazer.

Outro conceito é de GOUVEIA (1969,p.22), que diz:

> Recrear é educar, pois que a recreação permite criar e satisfazer o espírito estético do ser humano, oferece ricas possibilidades culturais, permite escapar do desagradável, utilizando excesso de energia ou diminuindo

> tensão emocional, é experiência complementar, atividade compensadora, descarga de impulsos agressivos, fuga de pressão social que produz frustração, monotonia, ansiedade.

Nos mais diversos conceitos verifica-se que a atividade recreativa é aquela praticada por livre vontade, nos momentos de lazer, e, que proporciona ao indivíduo enriquecimento da personalidade, respondendo às necessidades físicas e psíquicas, favorecendo uma vida social e alegre.

5.4.2 O Jogo

O jogo é o meio que a recreação utiliza para atingir seus fins.

FROEBEL (apud MARINHO, 1971,p.171), afirma:

> o jogo constitui o mais alto grau de desenvolvimento da criança durante sua época, porque o jogo é manifestação espontânea do interno, imediatamente provocada por uma necessidade do interior do mesmo. O jogo é o mais puro e espiritual produto desta fase do crescimento humano. É a um mesmo tempo modelo de reprodução de vida total, da íntima e misteriosa vida da natureza no homem e em todas as coisas.

CLAPARÈDE (1956,p.416) assim define:"... psicológica e fisiologicamente, o jogo como toda atividade espontânea de um ser vivo, não é mais que uma manifestação da tendência de todo ser para desdobrar, para afirmar sua personalidade."

A atividade lúdica está presente na vida de todos os seres vivos e para o homem esta atividade tem importância fundamental.

De um modo geral, a classificação de jogos é a seguinte:

- motores: exigem a participação ativa do corpo;
- sensoriais: ajudam a desenvolver os sentidos;
- criativos: desenvolvem a criatividade e espontaneidade;
- recreativos: visam apenas recrear ou distrair por meio de uma atividade integradora;
- intelectivos: visam desenvolver principalmente o raciocínio, além da memória, observação, atenção e concentração entre outras capacidades;
- pré-desportivos: além de estimular as capacidades físicas e mentais da criança, preparam-na para a prática formal de esportes individuais e coletivos.

5.4.3 O Jogo na Educação do Deficiente Mental Educável

Segundo WHEELER (1971), a recreação é de grande valia para o programa educativo dos deficientes mentais.

Um aspecto na recreação muito utilizado e de grande importância, é o jogo, principalmente quando os deficientes mentais educáveis encontram pouco atrativo na aprendizagem sistemática.

O jogo ocupa a maior parte da vida de toda criança, em virtude da necessidade de brincar e de participar das atividades lúdicas.

O jogo ajuda o indivíduo a adaptar-se aos outros e é a oportunidade que tem o deficiente mental educável de entrar em contato com outras pessoas, sendo até recomendado incluí-lo nas atividades de educação física junto aos não deficientes. É por meio do jogo que o deficiente mental educável incorpora-se ao meio social.

SCHREIBER (apud WHEELER, 1971), assinalou que somente mediante a experiência é que o deficiente aprende a viver com os outros.

Verificou-se que os deficientes podem participar com grupos distintos sempre que os contatos beneficiem ambas as partes.

O jogo não deixa de ser aprendizagem e educação.

A criança deficiente tem necessidade de aceitação social e afeição e, para contralabançar essas deficiências, usa-se, no campo pedagógico, a compensação. E, por meio dos jogos, pode-se fazer o processo compensatório, dando oportunidade ao desenvolvimento integral da criança, estimulando-a em seus aspectos físico, mental, emocional e social.

O jogo proporciona maior vitalidade orgânica, estimula uma melhor coordenação de movimentos dos diversos segmentos do corpo. É o método natural para obter o controle sobre o corpo, tornando o deficiente mental educável mais ajustado e confiante.

O jogo promove o desenvolvimento das funções intelectuais e a compreensão das regras e sua aplicação. Proporciona também,o desenvolvimento da linguagem, a capacidade de entender e executar ordens, assim como de se expressar por meio de palavras.

O jogo ainda deve proporcionar oportunidades para a criança se sentir feliz, permitindo o relaxamento e a descarga de tensões emocionais.

A criança com poucos companheiros ou nenhum, será mais lenta em aprender como brincar com outros e aceitar os valores do jogo.

A criança deficiente mental educável para progredir, pre-

cisa ter idéias que obtém por meio de experiências. Portanto, ensinando-a a brincar, jogar, ela aprenderá hábitos e atitudes que influenciarão outras atividades de sua vida.

Um adulto, seja na família ou na escola, poderá ajudar a dirigir os jogos dessas crianças, impedindo frustrações e dando uma diretriz para a compreensão e solução dos problemas.

SCHOENFELDT (apud KRYNSKI, 1969), afirma que o desenvolvimento dos interesses lúdicos em crianças retardadas é semelhante ao das normais, porém mais lento. Portanto, para determinar os interesses e habilidades do indivíduo deficiente é importante considerar a idade mental e não a cronológica.

Num primeiro momento, a criança participa de jogos simples (motores, sensoriais e recreativos) para, à medida em que se desenvolve física e psiquicamente, aceitar o processo de ajustamento ao meio - grupos de dois, cinco ou mais elementos - que lhe permite participar de jogos mais complexos (intelectivos e pré-desportivos).

As atividades simples como equilíbrio, agilidade, destrezas, noção de tempo e espaço são importantíssimas na aprendizagem do deficiente mental. É um trabalho que exige tempo, tolerância e paciência.

Sempre que possível, devem ser aplicadas atividades que propiciem ao deficiente mental educável, o uso de suas capacidades, permitindo que faça coisas por si mesmo, que coloquem-no em contato com seus companheiros e que tenha progresso satisfatório.

As atividades fora da sala de aula oferecem oportunidades de desempenho espontâneo e estimulam a iniciativa. Por exemplo,

no recreio escolar, que é uma exigência bio-psico-social, o deficiente mental educável, por meio de movimentos físicos espontâneos e ativos tem oportunidade de se relacionar mais com seus colegas e professores.

O deficiente mental educável, como qualquer outra criança, necessita de um bom aproveitamento das horas de lazer, tanto em família, na escola, como na comunidade.

VI - CONCLUSÃO

O deficiente mental educável é um indivíduo que apresenta potencialidades a serem desenvolvidas. É educável, capaz de ajustar-se socialmente e apesar de não se poder afirmar até que grau poderá se integrar, não deve ser considerado como um indivíduo que nasceu para ser segregado.

Todas as crianças têm suas necessidades e potencialidades a serem desenvolvidas, mas, em particular o deficiente mental educável exige uma especial elaboração do programa de ensino e a formação adequada do professor. E, apesar da necessidade de um preparo aprimorado do professor, nem todos terão habilidade para trabalhar com crianças deficientes. A vocação é primordial, devendo ter paciência, amor, dedicação e respeito para poder educar o deficiente mental educável para a integração e socialização.

Sabe-se que os pais constituem uma força considerável para a recuperação e integração do deficiente mental educável e as atitudes erradas dos pais são, na realidade, uma consequência da ausência ou falha de orientação sobre o excepcional e seu tratamento.

Cabe,portanto, aos profissionais que atendem esta área, ajudar os pais a entender as necessidades do filho, sabendo do que é capaz, para auxiliá-lo a se tornar de certa forma independente e capaz de viver na sociedade.

É preciso lutar contra a segregação do deficiente mental

e se compreende ser tarefa de uma equipe multidisciplinar, com pessoas altamente especializadas para desenvolver um trabalho de forma cooperativa, enfrentando conflitos da comunidade preceituosa, devido a velhos costumes e pontos de vista, conflitos de pessoas não conscientizadas, conflitos em relação a este indivíduo, em busca de uma assimilação desta mesma comunidade, para que possa absorver o deficiente mental educável e desta forma integrá-lo.

Destacou-se neste trabalho a educação física, disciplina integrante no ensino especial, que tem no movimento corporal seu elemento básico e que para os deficientes mentais educáveis, terá ampliada sua área de ação, incluindo às atividades formativas, recreativas e desportivas, uma ação terapêutica e educativa.

Dentro da educação física, valoriza-se a recreação, que é basicamente, uma predisposição para um fazer, para um produzir e realizar, considerando-se que as atividades recreativas constituem um processo simples e altamente integrador.

Como em todos os aspectos da vida escolar, no ensino da educação física, as diferenças devem ser respeitadas, sabendo-se que alguns alunos com deficiência mental progredirão com maior rapidez que outros, mas com ensino e orientação prática todos podem progredir.

Um valor importante no programa de educação física, por meio da recreação, é o prazer que a prática da mesma oferece, tornando o deficiente mental educável mais satisfeito, descontraído e mais esperto do que em qualquer outra situação da vida escolar.

O jogo, como meio da recreação, para o deficiente mental

educável é uma forma de educar, aumentando a capacidade social, a confiança, enfim, adestra o corpo e o intelecto.

O jogo põe em função, de maneira variada, todas as possibilidades do deficiente mental educável: força muscular, flexibilidade das articulações, resistência ao cansaço, respiração, precisão de gestos, habilidade, prontidão de respostas, reflexos e equilíbrio.

É interessante lembrar ainda, que o jogo é uma fonte de alegria para o deficiente mental educável e encerra sempre o prazer moral de uma dificuldade superada.

Chegou-se à conclusão que a recreação é de suma importância para o deficiente mental educável e que mesmo dentro das limitações da escola, deve-se oferecer inúmeras possibilidades de experiência, para que a criança saiba usar suas horas de lazer.

Deve-se ver o deficiente mental educável com a possibilidade de realização, buscando sua adaptação para uma vida melhor e feliz.

Os deficientes mentais necessitam da felicidade e do prazer das atividades físicas, para contrabalançar as dificuldades e frustrações impostas por sua limitada capacidade intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASI,A. Psicologia aplicada. Buenos Aires, Kapelusz, 1970.

ARCHER,R.B. Educação física em educação especial. Curitiba,s/e, 1983.

BAGATINI,V.F. Educação física para o excepcional. Porto Alegre, Sagra, 1984.

CLAPARÈDE,E. Psicologia da criança e pedagogia experimental. São Paulo, Editora do Brasil, 1956.

CRUICKSHANK,W.M. & JOHNSON,G.O. A educação da criança e do jovem excepcional. Porto Alegre, Globo, 1979, v.I.

DUMAZEDIER,J. Lazer e cultura popular. São Paulo, Perspectiva, 1976.

DUNN,L.M. Crianças excepcionais: seus problemas, sua educação. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1971. v.I.

DROWATZKI,J.U. Educación física para niños deficientes mentales. Buenos Aires, Editorial Média Panamericana, 1973.

FLEMING,J.W. A criança excepcional: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

GOUVÊA,R. Recreação. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1958.

KRYNSKI,S. Deficiência mental. Rio de Janeiro, Atheneu, 1969.

MARINHO,I.P. Educação física e jogos. São Paulo, Brasil Editora, 1971.

——. Curso de fundamentos e técnicas de recreação. Rio de Janeiro, Baptista de Souza, 1955.

MAZZOTTA,M.J.S. Fundamentos de educação especial. São Paulo, Bisordi, 1982.

OLIVEIRA,V.M. O que é educação física. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SPINOLA,C.L. Tratado de musico terapia. São Paulo, Técnica Gráficas, 1977.

TEIXEIRA,H.V. & PINI,M.C. Aulas de educação física - 1º grau. São Paulo, Difusão Cultural, 1978.

TEIXEIRA,M.S. Fundamentos filosóficos da educação física. São Paulo, Obelisco, 1970.

TELFORD,C.W. et alii. O indivíduo excepcional. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

TOSCANO,M. Teoria da educação física brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

VAYER,P. A criança diante do mundo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

WHEELER,R.H. Educación física para la recuperación. Barcelona, Editorial Jims, 1971.

APOSTILAS

CANZANI,M.L. Curso de especialização em educação física para deficientes mentais. Curitiba, 1980 (mimeo).

PETCHEL,L.S. Educação física - considerações gerais. Curitiba, 1977 (mimeo).

——. Educação física para deficientes mentais. Curitiba, 1986 (mimeo).